

Um projeto de catolicismo: D. Sebastião Leme e a Carta Pastoral de 1916

*A Project of Catholicism:
D. Sebastião Leme and the Pastoral Letter of 1916*

EDUARDO DOUGLAS SANTANA SILVA*

GILCEMAR HOHEMBERGER**

Resumo: Figura de grande relevo na história da Igreja no Brasil, D. Sebastião Leme, terceiro arcebispo do Rio de Janeiro e segundo cardeal do Brasil, escreveu em 1916, sua primeira carta pastoral, quando assumiu a condução da Arquidiocese de Olinda. Traçando uma ampla análise da situação do catolicismo brasileiro no início do século XX, a Carta Pastoral se tornou o documento fundador do movimento católico que se desenvolveria nos anos 20 e 30. Seus princípios guiariam o surgimento de instituições como o Centro Dom Vital, a Liga Eleitoral Católica e a Ação Católica Brasileira. Este trabalho se propõe a mostrar como a Carta Pastoral deu origem a um verdadeiro projeto de catolicismo liderado por D. Sebastião Leme, que se refletiu na atuação de diversos pensadores, intelectuais e políticos na vida pública brasileira.

Palavras-chave: D. Sebastião Leme. Ação Católica. História da Igreja no Brasil.

Abstract: A prominent figure in the history of the Church in Brazil, Archbishop Sebastião Leme, the third archbishop of Rio de Janeiro and the second cardinal of Brazil, wrote his first pastoral letter in 1916 when he assumed leadership of the Archdiocese of Olinda. Offering a broad analysis of the state of Brazilian Catholicism at the beginning of the 20th century, the Pastoral Letter became the founding document of the Catholic

* Eduardo Douglas Santana Silva é graduado em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e em Filosofia e Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Contato: eduardo.dss@outlook.com

** Gilcemar Hohemberger é Doutor em Teologia Sistemática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e professor na Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro (FSBRJ). Contato: gilcemar_h@hotmail.com

movement that would develop in the 1920s and 1930s. Its principles would guide the emergence of institutions such as the Dom Vital Center, the Catholic Electoral League, and the Brazilian Catholic Action. This work aims to show how the Pastoral Letter gave rise to a true Catholicism project led by Archbishop Sebastião Leme, which would be reflected in the actions of various thinkers, intellectuals, and politicians in Brazilian public life.

Keywords: Archbishop Sebastião Leme. Catholic Action. History of the Church in Brazil.

Introdução

De quando da morte do Cardeal D. Sebastião Leme, em outubro de 1942, Alceu Amoroso Lima, intelectual, crítico literário, imortal da Academia Brasileira de Letras e líder do laicato católico, publicou n' *O Jornal* um artigo intitulado *O maior dos brasileiros*. Recordando a figura daquele que acompanhara sua conversão e o início de sua atuação como presidente do Centro Dom Vital, substituindo Jackson de Figueiredo, morto prematuramente em 1928, Alceu, famoso pelo pseudônimo utilizado na imprensa, Tristão de Atayde, afirmou taxativamente: o Cardeal Leme foi “o maior brasileiro do seu tempo, sem ter deixado jamais de ser o homem mais natural deste mundo” (Athayde, 1943, p. 33).

Mas não só entre os intelectuais católicos a figura de D. Leme deixou marcas. De forma semelhante a Alceu Amoroso Lima, se expressou o poeta Manuel Bandeira, em texto publicado na revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Destacando o trabalho desempenhado por D. Sebastião na preservação do patrimônio histórico e artístico das igrejas do Rio de Janeiro, o poeta do modernismo não teme em concluir o artigo afirmando: “[...] foi um dos homens mais ricos que já teve o Brasil” (Bandeira, 1942, p. 85).

Esses dois testemunhos são um forte indicativo da importância de D. Sebastião Leme na história recente do Brasil. Homem da Igreja e da ação católica, foi também homem de seu tempo, fazendo-se ator do cenário social e político que se desenrolava. Sua presença, por exemplo, na Revolução de 1930, bem o demonstra. Chamado ao Palácio do Catete, conseguiu evitar uma guerra civil, levando o presidente Washington Luís a aceitar a deposição e entregar o poder a Getúlio Vargas.

A intenção deste artigo é apresentar a forma como D. Sebastião Leme estruturou o plano de ação do catolicismo na sociedade brasileira, plano

concretizado em diversas frentes nas décadas de 30 e 40. Por isso, pretende-se a analisar aquela que já foi chamada de “carta magna” do movimento católico da primeira metade do séc. XX, a sua Carta Pastoral, publicada em 1916. A partir dela e das estratégias ali delineadas, a Igreja tomou um rumo novo na história brasileira, tornando-se um catolicismo militante na política, nas letras, na imprensa.

Traçando um panorama do ambiente histórico da presença da Igreja na transição do regime monárquico para o republicano, será destacada a novidade trazida pela Carta Pastoral, que conclamará os católicos a uma reação ativa diante do ambiente laico e liberal do início do século passado. Analisando a estrutura do documento produzido por D. Leme, serão apresentados seus diagnósticos, argumentos e propostas, procurando, em seguida, responder à questão fundamental sobre o valor da Carta Pastoral de 1916 enquanto responsável por traçar um verdadeiro plano de ação que se concretizará em movimentos, instituições e situações criadas por D. Leme, seja diretamente ou sob sua influência.

1 A Igreja na transição do regime

Quando o governo provisório da recém-proclamada república brasileira publicou o Decreto nº 119-A, que extinguiu o regime de padroado e tornava o Brasil um Estado laico, muito já se havia debatido desde o dia 15 de novembro até aquele 07 de janeiro de 1890. As manifestações dos prelados já indicavam que, apesar da surpresa com a queda da monarquia, havia um sentimento generalizado de que o novo regime traria consigo a liberdade que a Igreja não teve enquanto esteve sob a tutela do trono.

Em novembro de 1889, ainda eram muito vivas as cenas da chamada Questão religiosa, que culminou em 1874 com a prisão do bispo de Olinda, D. Fr. Vital Maria Gonçalves de Oliveira (1844-1878), e do bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa (1830-1891). Diante da recusa em obedecer às disposições do governo imperial, que não deu o *placet* para que valessem no Brasil as bulas do papa Pio IX contra a presença de maçons nas associações e irmandades católicas, os dois bispos viram-se julgados e presos, num movimento que exaltou os ânimos políticos e comoveu a opinião popular. Mesmo com a anistia aos prelados em setembro de 1875, as relações entre o altar e o trono se viram abaladas desde as bases, como comenta o historiador José Murilo de Carvalho:

Apesar da anistia, as relações entre a Igreja e o Estado ficaram para sempre arranhadas. Jamais se vira, e não se veria, na história do país, nem mesmo durante os governos militares, coisa semelhante, a prisão de bispos. Para os setores romanizados, a separação de Igreja e Estado passara a ser um mal menor diante da união (Carvalho, 2007, p. 158).

Não deve surpreender, portanto, as manifestações positivas de membros do alto clero brasileiro saudando o novo regime republicano em 1889. O próprio D. Macedo Costa, um dos bispos presos na Questão Religiosa, não escondeu do então ministro da Fazenda do governo provisório, Rui Barbosa, sua exultação diante do fim do regime que aprisionava a Igreja sob o padroado: “A Igreja do Brasil ganhou imenso, ganhou imenso, ganhou a liberdade que não tinha” (Costa, 1916, p. 91).

Isso não significa, porém, que não tenham surgido adversidades e desconfianças da Igreja para com as intenções e atos do novo regime. O próprio D. Macedo decepcionou-se com Rui Barbosa, pois, apesar de seus pedidos, não se garantiu à Igreja um status próprio nos termos da lei, mas igualaram-se todas as confissões religiosas. O episcopado via, assim, com alegria o fim das intervenções do Estado sobre os negócios da Igreja, ao mesmo tempo em que reprovava a separação de ambos e a equiparação do catolicismo aos outros cultos.

Procurando uma forma de unificar as impressões dos prelados brasileiros e dar aos católicos uma resposta acerca dos acontecimentos, o internúncio Monsenhor Francesco Spolverini, representante da Santa Sé no Brasil desde 1882, convocou os bispos a se reunirem em 19 de março de 1890, no Seminário Episcopal de São Paulo. Dessa reunião resultou a *Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro ao Clero e aos Fiéis da Igreja do Brasil*. O tom inicial da carta procurava demonstrar como a monarquia caiu por suas próprias contradições, enquanto a Igreja permanecia:

Acabamos de assistir a um espectáculo, que assombrou o universo; a um d'esses acontecimentos, pelos quaes dá o Altíssimo, quando lhe apraz, lições tremendas aos povos e aos reis: um throno afundado de repente no abysmo, que os principios dissolventes, medrados à sua sombra, em poucos annos lhe cavaram! Desapareceu o throno... E o altar? O altar está em pé, amparado pela fé do povo e pelo poder de Deus. (O EPISCOPADO, 1890, p. 3).

A carta reconhece que a República trouxe consigo um fruto bom: o fim do padroado, que, nas palavras do episcopado, “era uma protecção que nos abafava” (O EPISCOPADO, 1890, p. 45). Porém, marcando o princípio de

que “independência não quer dizer separação”, os bispos criticavam questões como a obrigatoriedade do casamento civil antes do religioso, a laicização dos cemitérios, a proibição do ensino religioso nas escolas públicas e o impedimento dos religiosos ligados ao voto de obediência de votar nas eleições. Conforme destaca Anna Maria Moog Rodrigues em seu estudo clássico sobre a Igreja na Primeira República: “O que eles pretendem, de acordo com a doutrina da Igreja, é a distinção entre os poderes temporal e espiritual, mas não sua separação, considerando implicada no termo separação a ideia da oposição” (A IGREJA, 1981, p. 5).

Daí em diante, a relação Igreja-Estado seguirá, até as modificações políticas, sociais e culturais das décadas de 20 e 30, num ambiente marcado pela desconfiança e pelas transferências das relações do âmbito central para o âmbito estadual, principalmente através das novas estruturas diocesanas que foram surgindo, permitindo, assim, uma maior integração da organização eclesiástica com as elites locais.

2 D. Sebastião Leme: perfil biográfico

Sebastião Leme da Silveira Cintra, nascido em Espírito Santo do Pinhal, interior de São Paulo, em 20 de janeiro de 1882, ingressou aos 12 anos no seminário menor da Diocese de São Paulo. Mandado para Roma, onde morou no Colégio Pio Latino-Americano, doutorou-se em Filosofia pela Universidade Gregoriana, em 1900. Em 28 de outubro de 1904, recebeu, também em Roma, das mãos do primeiro bispo de Niterói, D. Francisco de Rêgo Maia, a ordenação sacerdotal, celebrando no dia seguinte sua primeira missa, na Basílica de São Sebastião (Rosário, 1962, p. 29).

Retornando no ano seguinte para o Brasil, o jovem Pe. Sebastião Leme teve um ministério atuante, que lhe valeu uma rápida ascensão na carreira eclesiástica. Professor do seminário diocesano, fundador do jornal A Gazeta do Povo, veículo onde empregou a pena em defesa dos valores da Igreja, em 1910 já era vigário-geral da Diocese de São Paulo e, no ano seguinte, com apenas 29 anos, foi sagrado bispo auxiliar do Rio de Janeiro, então capital federal (Vieira, 2016, p. 107).

A Arquidiocese do Rio de Janeiro era então governada por D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, que, quando bispo de São Paulo, recebera o jovem Sebastião Leme no seminário e o enviara depois para Roma. Arcebispo da capital brasileira desde 1897, D. Joaquim Arcoverde seria o primeiro latino-americano a ser criado cardeal, em 1906. Ao indicar o então

Cônego Sebastião Leme para ser seu bispo auxiliar, o Cardeal Arcoverde via nele o discípulo ideal que ele formara: “Eu estou muito cansado e preciso de um arrimo e outro não encontro senão V. que mandei para Roma e que me é conhecido.” (Rosário, 1962, p. 45). No domingo de Pentecostes, em 4 de junho de 1911, na capela do Pio Latino-Americano, em Roma, D. Sebastião Leme recebia das mãos do Cardeal Arcoverde a sagração episcopal, tornando-se bispo titular de Ortósia e auxiliar de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Mas essa primeira fase de D. Leme no Rio de Janeiro seria curta. Em 1916, foi transferido para a Arquidiocese de Olinda, vaga com a morte de D. Luís de Brito. É nessa circunstância que se insere a sua famosa Carta Pastoral. Não foi ela senão a carta com a qual o novo arcebispo saudou os novos diocesanos da Sé pernambucana, e que Antônio Carlos Villaça chamou de “um marco na história espiritual do Brasil.” (Villaça, 1975, p. 81). Seria a partir desse momento que o nome de D. Sebastião Leme ganharia notoriedade no cenário nacional, não apenas pelo quadro descrito em sua carta, mas, principalmente, pelos indicativos de solução que apresenta.

Em 1921, D. Leme retornou para o Rio de Janeiro, nomeado pelo papa Bento XV arcebispo coadjutor do Cardeal Arcoverde, com direito a sucedê-lo após sua morte. Dada a debilidade e enfermidade do velho cardeal, foi D. Leme, a partir de então, quem passou a governar efetivamente a arquidiocese da então capital brasileira. O futuro segundo cardeal brasileiro veria nessa nova função eclesiástica a oportunidade para pôr em prática o plano de ação já traçado na Carta Pastoral de 1916.

Já no ano seguinte ao seu retorno ao Rio, em 1922, D. Sebastião Leme organizou o primeiro Congresso Eucarístico no Brasil, para comemorar o centenário da Independência. Excluída a Igreja das festas cívicas do centenário, D. Leme tratou de convocar não só a arquidiocese do Rio, mas todo o país, para se reunir na capital federal em torno do tema “A restauração cristã do Brasil pela vida eucarística, principalmente na família, na infância e na mocidade”, mostrando, assim, a força da instituição eclesiástica e a organização que a partir de então cresceria cada vez mais. Como afirma Romualdo Dias,

[...] as propostas de ação e outros movimentos de massa foram lançados neste evento, como as reivindicações dos direitos dos católicos para a constituição republicana e a campanha pela construção de um monumento em homenagem ao Cristo Redentor, no morro do Corcovado (ACE, 1922, p. 110-1). Os documentos registram a consciência das implicações políticas

desta manifestação religiosa congregando católicos em massa. No dizer de Pio Otoni, o Congresso foi “o primeiro esforço gigantesco para o batismo nacional da democracia brasileira” (Dias, 1996, p. 110).

Nesse mesmo ano de 1922, um outro fato marcaria também esse renascimento católico na vida pública brasileira. Em maio, era anunciada a fundação do Centro Dom Vital, por iniciativa do jornalista e advogado Jackson de Figueiredo, com o apoio e incentivo de D. Leme. Jackson já havia fundado no ano anterior a revista *A Ordem*, que passaria, então, a ser o principal órgão difusor da produção intelectual dos pensadores que se reuniram em torno do Centro.

Até a morte de D. Sebastião Leme, em outubro de 1942, muitas outras obras a estas se somaram. Em 1931, era inaugurado o monumento do Cristo Redentor, no morro do Corcovado; em 1935, apareceria a Ação Católica Brasileira, dirigida por Alceu Amoroso Lima, que presidia o Centro Dom Vital desde 1928, com a morte de Jackson de Figueiredo; em 1941, era fundada a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, confiada ao primeiro reitor, o jesuíta Pe. Leonel Franca; enfim, todo um conjunto de ações e empreendimentos que concretizavam um plano elaborado e desenvolvido por D. Sebastião Leme, e que só é possível compreender a partir de uma análise detida do documento que sistematizou e lançou os princípios desse projeto: a Carta Pastoral de 1916.

3 A Carta Pastoral de 1916: estrutura e conteúdo

No Brasil do início do século XX, a forma mais eficaz dos bispos dirigirem-se aos fiéis sob o seu pastoreio era através das chamadas cartas pastorais. Nesses documentos, dirigidos ao clero e aos fiéis, além de legislarem acerca de questões disciplinares, canônicas e litúrgicas, os preladados também instruíam sobre temas que consideravam pertinentes na educação religiosa de sua grei. Nesse trabalho, já aludimos, por exemplo, à Carta Pastoral Coletiva de 1890, a primeira feita em conjunto pelo episcopado brasileiro. Mas cada bispo, em sua diocese, usava do artifício da carta pastoral para tratar de temas dos mais variados, inclusive questões sociais da hora presente, ou comentários às encíclicas e documentos pontifícios. Essas cartas, lidas ao povo do púlpito no contexto da missa dominical, alcançavam, assim, a grande maioria dos fiéis espalhados pelas paróquias de uma diocese.

Uma das grandes oportunidades utilizadas pelos bispos para lançar mão da pena dirigida a seus fiéis era quando da nomeação para uma nova diocese.

A chamada “pastoral de saudação” tinha a função de tornar pública aos fiéis da diocese as linhas gerais de governo do novo prelado diocesano. É nesse contexto que se insere a Carta Pastoral de D. Sebastião Leme. Nomeado arcebispo de Olinda em 29 de abril de 1916, após recolher-se no interior de São Paulo, publicaria em 16 de julho, sua Pastoral, saudando o clero e os fiéis. O tema geral escolhido foi o problema da ignorância religiosa e os possíveis remédios. Porém, D. Leme soube abordar esse tema de forma muito mais ampla, fazendo não apenas uma radiografia de sua nova diocese, mas de todo o Brasil. De fato, como destaca o historiador Carlos de Moura, “A carta publicada em 1916 foi o primeiro documento de alcance nacional que apresentou os caminhos para o fim da ‘apatia dos membros da Igreja’, com sugestões para a estruturação de um amplo projeto de reorganização eclesial” (Moura, 2016, p. 31).

A Carta Pastoral é composta de uma introdução e quatro partes. D. Leme inicia seu texto indicando, já de forma condensada, o método de sua ação: “conhecer os males do tempo, estudar as suas causas e preparar os meios de salvação” (Leme, 1916, p. XV). E mostra como os últimos três pontífices – Leão XIII, São Pio X e Bento XV – procuraram agir assim em suas encíclicas. A partir dos princípios universais dados pelos pontífices, interessa ao prelado de Olinda lançar “o olhar sobre os males da nossa pátria, no atual momento” (Leme, 1916, p. XVII). E justifica-se, argumentando que deve “estudar o momento histórico e social em que se vai desdobrar o Nosso episcopal mandato” (Leme, 1916, p. XVIII). D. Sebastião Leme termina sua introdução apontando o que entende como os pontos cardeais da ação sacerdotal naquele momento: a instrução religiosa e a ação católica.

O grande mal e suas causas, assim é intitulada a primeira parte da Carta Pastoral. Analisando a situação religiosa no Brasil, D. Leme chega à conclusão de que este é um país católico na quase totalidade da nação. Porém, faz outra constatação: “Na verdade, os católicos, somos maioria do Brasil e, no entanto, católicos não são os princípios da nossa vida política” (Leme, 1916, p. 5). Escolas, forças armadas, literatura, imprensa, economia, cultura. Nos mais diversos âmbitos da vida nacional, vive-se de forma alheia aos princípios da religião que, segundo o censo de 1872, era de 99,71% da população. O diagnóstico do prelado é firme: “somos uma maioria que não cumpre os seus deveres sociais” (Leme, 1916, p. 6).

As causas desse grande mal, segundo D. Leme, são a falta de instrução religiosa e a falta de ação católica. Constatado isso, ele pode agora desenvolver a segunda parte da Carta Pastoral, intitulada *Da ignorância religiosa: causa*

última dos nossos males. Assusta a D. Leme que grasse a ignorância religiosa numa época em que o tema da instrução e da ciência é tão valorizado:

O que lamentamos é que, em época de luzes e em paiz de tão ascendente cultura, só na esphera dos conhecimentos religiosos negrejem as trevas de uma ignorancia profunda e vasta. De Philosophia, de História, de Physica, Chimica, Astronomia, de todas as sciencias, emfim, trata o homem. Nada lhe escapa à ambição de estudar, tudo quer saber, de nada se resigna a ser ignorante. Só não sabe, só não estuda, só ignora – *a Religião* (Leme, 1916, p. 23).

O segundo ponto dessa segunda parte da Carta Pastoral, *A ignorância religiosa em nosso meio intellectual*, é sobremaneira importante para percebermos os princípios norteadores traçados por D. Sebastião Leme para a formação de uma intelectualidade católica. Primeiro, o arcebispo de Olinda entende por intelectuais os

homens de letras, de estudos, de sciencias, gente lêdora e lida que pontifica no magistério e na imprensa. Não excluimos os que exercem funções elevadas que, de sua natureza, presuppõem uma mente culta; assim, os magistrados, legisladores, etc. (Leme, 1916, p. 24).

Tendo, pois, definido a figura do intelectual, D. Leme classifica-a em cinco tipos. Primeiro, os *litteratos de sentimentos cristãos*, ou de bons sentimentos, que simpatizam com a religião católica, mas que a ignoram em sua profundidade teológica, levados pela superficialidade grosseira ou sentimentalista causada pelo desinteresse em instruir-se seriamente em matéria religiosa. A segunda categoria é a dos *litteratos anticristãos*, “imitadores de Voltaire”, “discípulos de Zola ou Renan”, que têm por artifício “o sarcasmo estúpido” (Leme, 1916, p. 26). A categoria seguinte, a dos *intelectuais indiferentes*, é assim definida pelo arcebispo:

São cientistas, philosophos, caçadores da razão ultima, perscrutadores das causas, disse alguém, mas bem singulares investigadores são esses que, chumbando-se à apparencia das cousas, renitem em não remontar à causa suprema, ultima explicação dos phenomenos do cosmo (Leme, 1916, p. 29).

A quarta categoria de intelectuais é a dos *intelectuais incrédulos*, que “vivem de combater e guerrear as nossas crenças.” E, por fim, a quinta categoria: a dos *intelectuais católicos*, saudados por D. Leme como “a honra e a gloria do laicato

catholico do Brasil” (Leme, 1916, p. 40), mas que seriam apenas um punhado, localizados principalmente no Rio de Janeiro, então capital federal.¹

Tendo mostrado o panorama da ignorância religiosa na camada letrada e intelectual, D. Leme passa, no terceiro ponto da segunda parte, a tratar *Da ignorancia religiosa nas camadas populares*. É interessante perceber a definição de povo apresentada na Carta Pastoral no início deste tópico: “Essa grande massa que, nas energias inconsumíveis da sua tempera, constitue o nervo resistente à dissolução da patria” (Leme, 1916, p. 44). D. Leme procura argumentar a tese de uma catolicidade quase que intrínseca ao povo brasileiro. Segundo ele, “a nossa gente não comprehende o atheu, tem horror ao impio, detesta o hereje” (Leme, 1916, p. 45). Entretanto, esse mesmo povo de uma religiosidade cuja simplicidade é quase poética, deixa-se, conforme as palavras do prelado, levar pela mais estólida credence.

Feita essa radiografia da situação de ignorância em matéria religiosa, quer dos intelectuais, quer das camadas populares, a terceira parte da Carta Pastoral visa indicar a solução. Intitulada *Da instrução Religiosa, o supremo remedio para os nossos males*, nela o arcebispo visa apresentar o remédio de cinco formas, dentro de uma dupla divisão dos enfermos: para a geração atual, a instrução se dará na forma da pregação e da leitura; para a geração do futuro, com a educação no lar, com a escola e com o catecismo. D. Sebastião Leme termina a Carta Pastoral, por fim, com a saudação aos diversos grupos e categorias de fiéis que compõem a sua arquidiocese.

4 Fontes, temas e influências

Em 1910, seis anos antes de D. Sebastião Leme escrever sua Carta Pastoral, o lazarista Padre Desidério Deschand publicava um livro que iria gerar alguns debates no meio do catolicismo brasileiro. Intitulado *A situação actual da religião no Brazil*, o livro pretendia apresentar um balanço da religião nos vinte anos de República. Pe. Deschand partia do princípio de que a constituição de 1891 era composta por “disposições directamente opostas aos sentimentos do povo catholico” (Deschand, 1910, p. 19), e isso se dava porque

a Republica mão foi feita pelo povo, mas pelas forças armadas dirigidas pela maçonaria e pela seita positivista; a Constituição foi redigida e imposta

¹ Dentre esses intelectuais católicos brasileiros do início do séc. XX, podemos destacar nomes como Eduardo Prado (1860-1901), jornalista, escritor, advogado, fundador da cadeira de número 40 na Academia Brasileira de Letras, e Carlos de Laet (1847-1927), professor e jornalista, presidente do Círculo Católico e também membro fundador da Academia Brasileira de Letras.

à nação por um bando de ideólogos positivistas que ilegítimamente se diziam representantes do povo (Deschand, 1910, p. 19-20).

A mesma crítica ao positivismo, vamos encontrar também em D. Leme, que a ele dedica uma seção na segunda parte de sua Carta Pastoral. Porém, sua crítica se concentra não em sua influência política, mas sim em sua presença como filosofia condutora da classe intelectual no Brasil.

Ainda assim, muitos pontos tratados pelo Pe. Deschand em sua obra de 1910 ecoam no documento de D. Leme, principalmente a crítica ao ensino leigo. A obra foi, sem dúvida, uma das fontes teóricas que ajudaram a compor a linha de raciocínio do arcebispo de Olinda, ainda que se perceba uma clara distinção nos métodos apresentados por um e outro na solução dos problemas elencados, principalmente na defesa que o Pe. Deschand faz da criação de um partido católico, ideia recusada por D. Leme, como bem observou Carlos Moura:

As reivindicações do lazarista estavam marcadas pelas críticas ao processo de secularização da política brasileira. Suas propostas se estruturavam na possibilidade do retorno da intervenção dos membros do clero nos debates do poder civil nacional e na manutenção das relações internacionais entre o Estado e a cúria romana. Na carta pastoral de 1916, Dom Leme salientou que mesmo os católicos sendo numericamente superiores no Brasil, não possuíam influência nas principais decisões governamentais. No entanto, a solução para tal problema se daria a partir da formação de uma neocristandade e de ações que colaborassem com a politização dos membros da Igreja Católica. (Moura, 2016, p. 30)

Entretanto, as fontes que influenciam diretamente a forma como D. Leme estruturou a Carta Pastoral são as encíclicas dos três papas que conduziram a Igreja no fim do século XIX e início do século XX. Primeiro, a primeira encíclica de Leão XIII, *Inescrutabili Dei consilio*, de abril de 1878, que tinha por subtítulo *Sobre os males da sociedade moderna, suas causas e seus remédios*. Identificando como grande mal o afastamento das nações dos princípios morais e espirituais do cristianismo, a encíclica procura confirmar um elemento fundamental do processo de romanização, que é a fidelidade às ordens emanadas da Santa Sé:

E para que, cada dia mais, se firme a união do rebanho católico com seu pastor supremo, nos dirigimos agora a vós, com afeto todo especial, veneráveis irmãos, empenhando o vosso zelo sacerdotal e a vossa solicitude pastoral para que reaviveis nos fiéis a vós confiados o fogo santo da religião

que os leve a abraçar mais fortemente esta cátedra de verdade e de justiça, e a rejeitar inteiramente as opiniões, até as mais comuns, que sabem serem contrárias aos ensinamentos da Igreja (Leão XIII, 2005, p. 22).

Do sucessor de Leão XIII, São Pio X, D. Sebastião Leme utiliza-se de pelo menos dois documentos: a Encíclica *E supremi apostolatus*, escrita em seu primeiro ano de pontificado, na qual traça todo o seu plano de ação, marcado pelo lema *instaurare omnia in Christo*, “restaurar todas as coisas em Cristo”; e a encíclica *Acerbo nimis*, de 1905, cuja temática central é o ensino catequético. É nesta última que percebemos claramente a inspiração para que D. Leme exponha, na segunda parte da Carta Pastoral, os males da ignorância religiosa não apenas nas camadas populares, mas também entre os homens de letras:

E que, afinal, entre os cristãos do nosso tempo sejam muitíssimos os que vivem em extrema ignorância das coisas necessárias para a salvação eterna, é queixa de consenso, e infelizmente, queixa justíssima. Quando dizemos entre os cristãos, não entendemos somente da plebe ou de pessoas de camadas inferiores, talvez desculpáveis, porque, sujeitas a ordens de padrões desumanos, têm quando muito a possibilidade de pensar para si e prover às próprias necessidades; mas os outros, sobretudo aos que não faltam a engenhosidade e a cultura, enquanto das coisas profanas são peritos, vivem de modo inconsequente no que se refere à religião (Pio X, 2002, p. 81).

No ano em que assume a arquidiocese de Olinda e escreve sua Carta Pastoral, 1916, reinava no sólio pontifício o Papa Bento XV. Do papa então contemporâneo, D. Leme tomará como fonte a sua primeira encíclica, *Ad beatissime Apostolorum*, de 1914, documento em que já ecoa a questão da Primeira Guerra Mundial, vista como consequência do afastamento das nações dos princípios da Igreja:

Existe outra e enfurecida guerra, que corrói as vísceras da sociedade contemporânea: guerra que espanta toda pessoa de bom senso, porque enquanto acumulou e acumulará para o futuro tantas ruínas sobre nações, deve também considerar-se ela própria a verdadeira origem da luta presente. Em verdade, desde quando se deixou de observar no ordenamento estatal as normas e as práticas da sabedoria cristã, que garantiam a estabilidade e a paz da instituição, as nações começaram a vacilar em suas bases, seguindo-se tal mudança nas ideias e nos costumes que, se Deus de imediato não provê, parece iminente o esfacelamento do consórcio humano (Bento XV, 2002, p. 298).

Percebe-se, portanto, o alinhamento de D. Sebastião Leme com as indicações emanadas de Roma, buscando transportar seus princípios para a realidade brasileira.

Mas além dos pontífices, o arcebispo de Olinda também se utiliza de outros escritores e pensadores que ajudam a formar sua linha argumentativa e nos dão um panorama de suas influências teóricas. Quando fala, por exemplo, dos literatos anticristãos, cita em nota de rodapé o filósofo, historiador e crítico de arte Benedetto Croce (1866-1952). Ao criticar o que chama de “idolatria da ciência”, D. Leme invoca o cientista francês Louis Pasteur, por sua pública convicção religiosa católica, e o estadista, também francês, Challemel-Lacour (1827-1896).

Também marcam presença na Carta Pastoral autores como Paul Bourget (1852-1935), escritor defensor da corrente tradicionalista e da ordem moral, e o filósofo Alfred Fouillée (1838-1912), que buscou conciliar a visão metafísica com a visão naturalista e mecânica do cientificismo. Até mesmo Lord Salisbury (1830-1903), primeiro-ministro inglês, membro do Partido Conservador, e o médico e ensaísta brasileiro Ulysses Paranhos (1880-1954) são citados como autoridades ao criticar uma visão científica hostil à religião. D. Leme defende que a ciência seja colocada em um justo ponto de equilíbrio: “Nem tão alto, como a queria Renan, nem tão baixo como dogmatiza Tolstoi” (Leme, 1916, p. 37). Ao tratar do positivismo, corrente que influenciava a maioria dos republicanos de 1889 e que teve ampla abertura nas academias militares, lança mão dos estudos de psicólogos como Joseph Grasset (1849-1918) e Georges Dumas (1866-1946).

Falando dos intelectuais católicos, D. Leme indica os seus modelos (Leme, 1916, p. 40): Tertuliano, escritor eclesiástico do século III; Joseph de Maistre (1753-1821), o grande crítico do Iluminismo e teórico do pensamento contrarrevolucionário e ultramontano; Frederico Ozanam (1813-1853), professor universitário, escritor e jornalista, fundador da Sociedade de São Vicente de Paulo; o físico e matemático André-Marie Ampère (1775-1836); e o já citado Louis Pasteur. Esses seriam “a honra e a glória do laicato católico”.

As citações, referências e alusões marcam a presença figuras como o espanhol Jaime Balmes (1810-1848), filósofo e apologeta, célebre por obras como *O protestantismo comparado com o catolicismo*. Também o padre sulpiciano André-Jean-Marie Hamon (1795-1874), autor de diversos livros de piedade e espiritualidade, bem como de um tratado sobre a pregação, do qual tem um trecho citado na Carta Pastoral. Outro escritor citado diversas vezes

é Enrico Swoboda, autor de uma obra de grande visão, publicada em 1912, *A cura d'almas nas grandes cidades*. Também está presente Donoso Cortés (1809-1853), teórico espanhol do tradicionalismo católico; François Copée (1842-1908), poeta, membro da Academia Francesa, convertido ao catolicismo; o arcebispo de Reims, Cardeal Landriot (1816-1874); e o também membro da Academia Francesa e bispo de Orléans, Félix Dupanloup.

Pelo elenco de autores aqui listados, percebe-se como D. Leme procurou dotar sua Carta Pastoral de pensadores das mais variadas áreas, que pudessem sustentar sua argumentação e que apresentassem dados capazes de corroborar suas afirmações e críticas. A predominância de autores franceses expressa bem a influência literária francófona no Brasil. Alinhado com o que fora traçado pelos últimos pontífices em seus documentos, atualizado acerca dos autores que o ajudam em sua argumentação, conhecedor da literatura clássica do catolicismo contemporâneo, D. Sebastião Leme faz de sua Carta Pastoral um documento que ultrapassa a simples função de saudar os seus novos diocesanos. Torna-se ela um referencial teórico para a execução de um projeto de país a partir dos princípios sociais, filosóficos e religiosos conforme entendido pela doutrina católica.

5 A recepção da Carta Pastoral: Jackson de Figueiredo

Em fevereiro de 1917, na edição n. 02 de *Brazileia: revista mensal de propaganda nacionalista*, um jovem, Jackson de Figueiredo, com apenas 25 anos, na coluna de *Bibliographia*, exultava com o conteúdo de um documento que lhe caíra há pouco nas mãos. Assim iniciava seu texto, com certo ar dramático: “À minha tristeza, à amargura do meu viver, na desolação de todo espírito sério ante o momento atual da vida brasileira, deu-me Deus uma alegria superior, logo à entrada deste ano” (Figueiredo, 1917, p. 81).

Dirá o jovem entusiasta que sua alegria provém da leitura de algumas linhas “verdadeiramente extraordinárias” saídas da pena de “um dos chefes do catolicismo brasileiro”:

Trata-se de D. Sebastião Leme, Arcebispo Metropolitano de Olinda, de quem acabo de ler a Carta Pastoral de saudação aos seus novos diocesanos. E ainda foi maior a minha alegria, ao ler este belo livro, quando vi, mais de uma vez, ditas de tão alto, as mesmas verdades que tenho proclamado, de cá, da minha humildade (Figueiredo, 1917, p. 81).

A figura de Jackson de Figueiredo, desde esse momento, surgirá como a grande resposta prática ao plano traçado por D. Sebastião Leme na Carta Pastoral de 1916. Nascido em Sergipe, em 1891, foi do materialismo ao espiritualismo, sendo nesta última fase influenciado pela amizade com o filósofo Raimundo de Farias Brito. Aproximando-se gradualmente do catolicismo, como o já citado artigo comentando a Pastoral de D. Leme demonstra, converteu-se plenamente em 1918. A partir de então, seu pensamento se dirigirá para a discussão das grandes questões político-sociais do país. De espírito polêmico, com presença marcante nos debates da imprensa, dele dirá Sérgio Buarque de Holanda: Jackson era dessa “casta de homens cheios de um heroísmo nobre, designados naturalmente para estimular, para orientar, para comandar e para combater” (Holanda, 1929, p. 294). Sua visão, expressa nas poucas obras que escreveu, como *Pascal e a inquietação moderna* (1922) ou *A reação do bom senso* (1921), pode ser resumida como

[...] um nacionalismo de fundas conotações moralistas, preocupado em extirpar da nação os vícios que a inquinam, que a corrompem, vícios produzidos pela não-obediência a uma força inteligente e de grande elevação espiritual, parte ponderável das tradições nacionais. A indiferença da elite dirigente aos princípios católicos, distanciando-se destarte, criminosamente, da nacionalidade, explica a anarquia, o quadro de misérias, de egoísmo, empece a realização do que há de mais vital no país: a instauração da ordem (Montenegro, 1972, p. 166).

Ao fundar em 1921 a revista *A Ordem*, mesmo ano em que D. Sebastião Leme é transferido de Olinda para o Rio de Janeiro, tornando-se arcebispo coadjutor do Cardeal Arcoverde, Jackson cria um espaço propício para que o pensamento católico possa circular no meio intelectual brasileiro. Já no primeiro número d’*A Ordem*, fica clara a influência de D. Leme e da Carta Pastoral de 1916 no surgimento do periódico. Em artigo não assinado, intitulado *D. Sebastião Leme*, o autor apresenta o documento escrito pelo agora arcebispo coadjutor como responsável pelo despertar de um movimento católico de reação:

E não se pode negar que a sua voz accordou, não so no coração catholico, as energias adormecidas, por tantos annos de accommodaticios respeitoos “entre as duas Cidades inimigas”: Até a consciencia dos que vacillavam se sentiu, de repente, ao clamor daquela voz, ao vibrar daquele protesto, como que tocada de mysteriosa aza, ainda quente de um céu de tempestade!... (D. Sebastião, 1921, p. 2).

Além desse artigo no número inicial, nesta e nas edições seguintes da revista *A Ordem* serão publicados trechos da Carta Pastoral numa coluna intitulada *Palavras que devem ser meditadas*.

Em maio do ano seguinte, Jackson de Figueiredo coroa seu projeto criando o Centro Dom Vital, cuja finalidade era “ajudar o Episcopado Brasileiro na obra de recatholisação da nossa intellectualidade” (Centro D. Vital, 1922, p. 1), palavras que ecoam a análise feita por D. Leme acerca dos homens de letras no Brasil. No texto publicado n’*A Ordem* onde se anuncia a fundação do Centro Dom Vital, agradece-se a D. Sebastião Leme pelo “[...] carinho todo particular com que se tem dedicado à execução das nossas idéias que, dados os seus conselhos, sempre ouvidos e adotados, têm hoje muito do brilho do seu alto e generoso espirito” (Centro D. Vital, 1922, p. 1).

6 A ação católica

Ainda na primeira parte da Carta Pastoral, D. Sebastião Leme apresenta, como diagnóstico dos males que acometiam o catolicismo, a falta de instrução religiosa e a falta de ação católica. Dando maior centralidade ao primeiro, não deixou, porém, de traçar alguns pontos acerca do que entendia por ação católica naquele momento.

O arcebispo traça uma definição de ação católica por via negativa. Percebe que ela é inexistente no catolicismo brasileiro ao se observar a falta de uma “compreensão nitida dos nosso deveres sociaes, não cultivamos habitos de propaganda, não recebemos tradições de disciplina” (Leme, 1916, p. 14-15). Falando de países onde havia uma ação católica organizada, indica os locais dessa presença social: universidades, jornais, escolas, cooperativas, ligas operárias, caixas econômicas, além de um eleitorado coeso e com representação política.

Surgido na Itália na segunda metade do século XIX, o movimento da ação católica terá uma organização inicial no início do século XX com São Pio X, mas será Pio XI quem lhe dará status de direito na Igreja, sendo, inclusive, alcunhado de “o Papa da ação católica”. Já em sua primeira encíclica, *Ubi Arcano Dei Consilio*, dava as primeiras instruções acerca desse movimento, que seria por ele definido como “a participação do laicato no apostolado hierárquico da Igreja” (Lima, 1938, p. 48).

De 1916, quando D. Leme alerta para a necessidade de uma ação católica no Brasil, até a efetiva fundação da Ação Católica Brasileira em 1935, foi necessário um longo percurso. Apenas dois anos após chegar ao Rio de Janeiro, D. Leme publicava, em 1923, o livro *Ação Católica: instruções para organização*

e funcionamento da confederação no Rio de Janeiro. Na obra, escrita para dar as diretrizes da recém-fundada Confederação Católica, o arcebispo ecoa aquilo que já havia dito na Carta Pastoral de 1916:

Não é com as meias tintas de uma vida religiosa intramuros, nem com a criação dispersiva de mil e uma obras desordenadas que chegaremos a vencer a penetração ousada das seitas e o marasmo espiritual de nosso ambiente. Impõe-se a ação católica, mas ação que seja católica, sobrenatural, coordenada, nutrida de sacrifício, sem personalismo e sem incompatibilidades preestabelecidas (Azzi, 1977, p. 70).

A atuação da confederação, unida ao Centro Dom Vital, inicialmente guiado por Jackson de Figueiredo, depois por Alceu Amoroso Lima, levou a iniciativas como a fundação da Liga Eleitoral Católica em 1932, que procurou unificar o eleitorado e os políticos comprometidos com o pensamento da Igreja. E, finalmente, em junho de 1935, é fundada, no Rio de Janeiro, a Ação Católica Brasileira, aprovada por todos os bispos do Brasil. Em seu estatuto, a Ação Católica era definida como “a participação organizada do laicato católico do Brasil no apostolado hierárquico, para a difusão e atuação dos princípios católicos na vida individual, familiar e social” (Dale, 1985, p. 27). Era o coroamento de todo o projeto traçado por D. Sebastião Leme em 1916. Ramificada em todos os setores da vida social, das famílias às universidades, a Ação Católica seria, até a década de 1960, a força motriz de atuação da Igreja na sociedade brasileira.

Outra obra que poderia ser destacada também como fruto do que já havia sistematizado D. Leme em sua Pastoral é a fundação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Já em 1916, destacava como “um ideal magnífico” (Leme, 1916, p. 103) o projeto de se fundar uma universidade católica. Tendo seu embrião no Centro Dom Vital, surgirá primeiro o Instituto Católico de Estudos Superiores, fundado em 1932, com cursos de filosofia, teologia e sociologia. Em 1940, criam-se as Faculdades Católicas, que se tornam, então, a Universidade Católica. Junto com D. Leme, o grande empreendedor dessa obra foi o jesuíta Pe. Leonel Franca, intelectual de reconhecida fama e grande produção nas áreas da filosofia, da psicologia e da pedagogia.

Conclusão

Na introdução deste trabalho, indicamos que sua questão fundamental se centra no valor da Carta Pastoral de D. Sebastião Leme como responsável por traçar as linhas de um plano de ação concretizado em diversas frentes

e empreendimentos. Diante do que aqui foi exposto, é possível responder afirmativamente. Em 1916, D. Leme apresenta, de forma ordenada, os pontos que entende como principais a serem postos em prática pelos católicos no Brasil. Na Carta Pastoral, já se encontra a gênese de instituições como o Centro Dom Vital e a revista *A Ordem*, a Ação Católica Brasileira, a Liga Eleitoral Católica e a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Lá também já se teoriza acerca da atuação que os leigos devem ter, ainda como cooperadores da ação do clero, nos diversos ambientes da sociedade.

Portanto, para que se possa ter uma compreensão profunda do movimento católico do século XX, é necessário ter em mente a Carta Pastoral de D. Leme como documento fundamental e indispensável, pois é nela que líderes do laicato católico irão se amparar para levar adiante seus movimentos e ideias. É a partir dela que se formará um verdadeiro grupo organizado de intelectuais, políticos e outras figuras públicas, que se utilizarão de seus postos e influências para serem voz da Igreja na sociedade e na cultura. Alceu Amoroso Lima, que, juntamente com Jackson de Figueiredo, são os grandes nomes de liderança católica sob a influência de D. Leme, afirmou que o arcebispo foi “um marco capital na evolução tanto religiosa como social do Brasil” (Lima, 2000, p. 351). De fato, ao fim deste trabalho é possível perceber que a figura do Cardeal D. Sebastião Leme é chave fundamental para se compreender não só a história recente da Igreja brasileira, mas diversos aspectos da história mesma do Brasil contemporâneo.

Referências

A IGREJA na República. Seleção e introdução de Anna Maria Moog Rodrigues. Brasília: UNB, 1981. (Biblioteca do Pensamento Político Republicano, 4).

ATHAYDE, T. de. *O Cardeal Leme: um depoimento*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

AZZI, R. O Início da Restauração Católica no Brasil: 1920-1930. *Síntese: revista de filosofia*, v. 4, n. 10, p. 61-89, 1977.

BANDEIRA, M. D. Sebastião Leme. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 6, p. 81-85, 1942.

BENTO XV, PP. Ad beatissime Apostolorum. In: DOCUMENTOS de Pio X e de Bento XV. São Paulo: Paulus, 2002. p. 296-315. (Documentos da Igreja, 7).

- CARVALHO, J. M. de. *D. Pedro II*. Rio de Janeiro: Companhia das letras, 2007.
- CENTRO D. Vital. *A Ordem*, anno 1, n. 10, p. 1, maio 1922.
- COSTA, F. de M. *Lutas e vitórias*. Bahia: Estabelecimento dos dois mundos, 1916.
- D. SEBASTIÃO Leme. *A Ordem*, anno 1, n. 1, p. 2-3, ago. 1921.
- DALE, R. *A Ação Católica Brasileira*. São Paulo: Loyola, 1985.
- DESCHAND, D. *A situação actual da religião no Brazil*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1910.
- DIAS, R. *Imagens de ordem: a doutrina católica sobre a autoridade no Brasil (1922-1932)*. São Paulo: UNESP, 1996.
- FIGUEIREDO, J. Carta Pastoral de Dom Sebastião Leme, Arcebispo Metropolitano de Olinda. *Brazileia: revista mensal de propaganda nacionalista*, anno 1, n. 2, p. 79-82, fev. 1917.
- HOLLANDA, S. B. Indicação. *A Ordem*, anno 8, v. 1 (nova série), p. 264-265, 1929.
- LEÃO XIII, PP. Inscrutabili Dei consilio. In: DOCUMENTOS de Leão XIII. São Paulo: Paulus, 2005. p. 13-23. (Documentos da Igreja, 12).
- LEME, S. *Carta Pastoral saudando a sua Archidiocese*. Petrópolis: Typ. Vozes de Petrópolis, 1916.
- LIMA, A. A. *Elementos de Ação Católica*. Rio de Janeiro: Editora ABC, 1938.
- LIMA, A. A. *Memórias improvisadas: diálogos com Medeiros Lima*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Educam, 2000.
- MONTENEGRO, J. A. *Evolução do catolicismo no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1972.
- MOURA, C. A. S. de. A pastoral de Dom Sebastião Leme em 1916 e o projeto de politização do Clero. *Revista de história das religiões*, ano 9, n. 25, p. 23-38, maio/agosto 2016.
- O EPISCOPADO brasileiro ao clero e aos fieis da Igreja do Brazil. São Paulo: Typ. Salesiana a vapor do Lyceu do Sagrado Coração, 1890.
- PIO X, PP. Acerbo nimis. In: DOCUMENTOS de Pio X e de Bento XV. São Paulo: Paulus, 2002. p. 80-93. (Documentos da Igreja, 7).
- ROSÁRIO, M. R. do. *O Cardeal Leme: (1881-1942)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962. (Documentos brasileiros, 113).

VIEIRA, D. R. *História do Catolicismo no Brasil (1889-1945)*. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2016. v. 2.

VILLAÇA, A. C. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

Artigo recebido em 26/02/2025 e aprovado para publicação em 11/03/2025

Como citar:

SILVA, Eduardo Douglas Santana; HOHEMBERGER, Gilcemar. Um projeto de catolicismo: D. Sebastião Leme e a Carta Pastoral de 1916. *Coletânea*. Revista de Filosofia e Teologia da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 24, n. 47, p. 121-140, jan./jun. 2025. DOI: <http://dx.doi.org/10.31607/coletanea-v24i47-2025-7>